

Sumário Executivo

O objeto desta avaliação é a intervenção da Cooperação Portuguesa no Setor da Educação, nas áreas do Ensino Pré-Escolar, Ensino Básico (incluindo a componente de formação de agentes educativos) e Ensino Secundário, na República da Guiné-Bissau, no período compreendido entre setembro de 2009 e agosto de 2016. Tratou-se de uma avaliação externa, realizada depois dos projetos terem terminado, com a finalidade de apresentar os principais resultados das intervenções nas áreas de atuação, identificar lições e boas práticas, promover a prestação de contas, a transparência e a disseminação de resultados. Procurou-se refletir sobre a implementação das diferentes intervenções e produzir recomendações que auxiliem na tomada de decisões para eventuais intervenções futuras. No período em análise (2009-2016) foram objeto de avaliação os projetos sob administração direta do IPAD e do Camões I.P., depois CICL (PASEG II (2009-2012) e Projeto "Unidades de Apoio Pedagógico") e os projetos implementados pela FEC (projetos Djunta Mon (2009-2012) e projeto PEQPGB (2012-2016)). Pela sua relevância em termos de financiamento, população envolvida e impacto, foram destacados os projetos PASEG II e PEQPGB. Foram ainda abordados projetos complementares financiados pela Cooperação Portuguesa e implementados pela FEC, nomeadamente, os projetos Bambaran di Mindjer (2009-2014), Bambaran di Mininu (2012-2015) e Acesso e Qualidade de Ensino na Guiné-Bissau (2010-2011).

Foi utilizada uma abordagem essencialmente qualitativa, assente na análise documental, nas entrevistas semiestruturadas (presenciais ou por Skype), nos *focus group* e na observação direta. A avaliação documental baseou-se na revisão de literatura relevante, nos relatórios finais, nas autoavaliações e heteroavaliações dos projetos, sendo depois confirmada pelos efeitos desses projetos sobre a população-alvo e sobre a qualidade de ensino, expressa no desenvolvimento das atividades da sala de aula e na organização funcional das escolas, pretendendo dar uma visão global sobre atuação da Cooperação Portuguesa no setor da educação no período abrangido.

Trata-se de uma avaliação final, de carácter sumativo. A avaliação de impacto foi inviabilizada por não estarem reunidas as condições para o desenvolvimento desta opção (inexistência de uma *baseline*, impossibilidade de utilização de grupos de controlo). Não foi igualmente possível fazer uma análise de tipo comparativo dos efeitos dos projetos por três fatores:

- 1) As estatísticas nacionais disponíveis estão agregadas e não permitem distinguir os resultados escolares dos alunos de professores e agentes educativos que fizeram a formação no âmbito do PASEG II e PEQPGB dos resultados de alunos cujos professores não fizeram formação.
- 2) O PASEG II incidiu sobre a escola, e o PEQPGB incidiu sobre os professores e os agentes educativos, dispersos por vários estabelecimentos de ensino, o que não permite a comparação direta de escolas intervencionadas e não intervencionadas.
- 3) Ao nível do ensino secundário, os projetos sucederam-se e nem sempre houve a possibilidade de distinguir os efeitos do PASEG (que não é abrangido por esta avaliação), do PASEG II e do PEQPGB.

A avaliação baseou-se nos critérios de avaliação definidos pelo CAD/OCDE para as intervenções em desenvolvimento, a saber, relevância, eficácia, eficiência, sustentabilidade, acrescentados de outros sobre complementaridade e visibilidade.

De um modo geral, os resultados das intervenções da Cooperação Portuguesa na área da educação foram considerados **relevantes, eficazes e eficientes**.

Resultados obtidos

- A Cooperação Portuguesa afirmou-se como um dos principais parceiros no setor da educação junto do Estado da Guiné-Bissau. A sua intervenção foi coordenada com os objetivos do Estado guineense, embora tenha sofrido os efeitos conjunturais decorridos da instabilidade política que se fez sentir nesse país. Em particular, assinala-se a retirada da cooperação bilateral direta na sequência do golpe de Estado de abril de 2012, e a opção por continuar a intervenção no setor da educação através de um novo projeto liderado por uma organização da sociedade civil. A situação política e diplomática alterou-se após as eleições realizadas em 2014, mas as estratégias de intervenção mantiveram-se.
- As intervenções no setor da educação centraram-se na formação – inicial, contínua e em serviço – de professores, educadores e agentes de educação de infância, na formação em administração e gestão escolares, na criação de Oficinas da Língua Portuguesa, na produção de materiais pedagógicos e na formação específica em didática da língua portuguesa (UAPs).
- Os resultados das múltiplas atividades de formação realizados pelos projetos financiados pela Cooperação Portuguesa foram considerados relevantes a diversos níveis: a) perceção muito favorável por parte dos formandos e formadores sobre essas atividades; b) implementação de um processo de monitorização e avaliação internas no quadro do PASEG II e, sobretudo, do PEQPGB; c) formação de formadores guineenses; c) âmbito geográfico alargado e intervenção em três níveis de educação e ensino; d) elaboração de materiais de apoio à formação e às aulas.
- A implementação de um sistema de EI na Guiné-Bissau (GB) é ainda embrionária. A este nível, a atuação dos projetos financiados pela Cooperação Portuguesa, que incidiram na formação de nível superior de educadores de infância, na formação contínua e em serviço de agentes de educação e na construção de infraestruturas, foi positiva embora tenha ainda um impacto limitado sobre o acesso universal e equitativo a este tipo de educação. O PEQPGB também interveio no âmbito das necessidades educativas especiais, uma ação de relevo dada a escassez da oferta de serviços de apoio a este nível.
- O dinamismo e a competência evidenciados nas intervenções da Cooperação Portuguesa na área do sistema educativo contribuíram, de forma efetiva, para o reconhecimento da sua qualidade por parte dos parceiros e beneficiários dos projetos. Salienta-se, em particular, o reconhecimento, tanto por beneficiários como por parceiros, da competência e profissionalismo da FEC e dos seus agentes. Acresce ainda a imagem muito positiva da atuação do adido para a cooperação.
- A visibilidade da Cooperação Portuguesa foi incrementada pela ação do PASEG II e, sobretudo, do PEQPGB. A grande visibilidade deste último projeto escondeu, por vezes, o papel da Cooperação Portuguesa que se confundiu com a atuação da FEC.

Modalidade de implementação e modelo de gestão das intervenções

- A Cooperação Portuguesa seguiu, desde 2009, a opção estratégica de privilegiar a dispersão geográfica e de níveis de ensino, considerando ser esta uma estratégia para promover maior equidade no acesso ao ensino. Esta opção comporta alguns riscos de dispersão das intervenções, alavancados pelo contexto de instabilidade do sistema educativo que se acentuou nos últimos anos. O elevado número de público-alvo das várias formações, acompanhado pela diminuição dos formadores portugueses e guineenses, dificultou intervenções com carácter de profundidade. Dada a extensão e dispersão da formação neste modelo, e não existir um acompanhamento em continuidade nas escolas, o efeito da formação diluiu-se entre a aquisição de competências e a sua aplicação na sala de aula e na escola.
- Os projetos implementados seguiram diferentes estratégias quanto ao locus da intervenção: no PASEG II e no DJunta Mon o foco situou-se a nível da escola, desenvolvendo-se intervenções localizadas. No PEQGB as intervenções foram alargadas geograficamente. Em termos de eficácia o modelo implementado pelo PEQGB demonstrou atingir uma maior população-alvo, apoiado numa cuidadosa gestão de recursos humanos e de meios financeiros.
- A FEC conseguiu reunir diferentes parceiros complementares ao nível do financiamento dos projetos e da sua diversificação, incrementando a eficiência das suas ações.

Efeitos dos diferentes projetos sobre a proficiência em Língua Portuguesa

- A formação em Língua Portuguesa é considerada estratégica para a implementação de um sistema de educação de qualidade na Guiné-Bissau. Compete à Cooperação Portuguesa assumir esta responsabilidade. É, claramente, um objetivo que deve ser continuado. As intervenções contribuíram para a proficiência em Língua Portuguesa (LP) dos formandos. Contudo, este efeito ainda não se faz sentir em contexto de sala de aula.